

# O SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO RESPONDE À ECONOMIA DIGITAL?



*Argos Gregório*

## O DEBATE EM TORNO DA PROPOSTA DE REFORMA TRIBUTÁRIA


Enquanto o Congresso Federal discute a viabilidade da aprovação do PL 2.337/2021 (a chamada Reforma Tributária), a sociedade civil se movimenta, de modo organizado, contra a sua aprovação.

De um lado, o Governo busca firmar dois pilares que julga essenciais ao bom caminhar da economia, quais sejam: (i) realizar a tributação incidente sobre a distribuição de lucros e dividendos das empresas; e, (ii) alterar a tributação sobre o consumo, com a substituição de cinco tributos que são cobrados atualmente (ISS, ICMS, IPI, PIS e COFINS) por um tributo único, o chamado IBS – Imposto sobre Bens e Serviços, (sendo este último objeto tanto da PEC 45/2019 quanto da PEC 110/2019, ambas em discussão na Câmara dos Deputados).

Em relação ao primeiro pilar apontado, a justificativa do Executivo pode ser resumida pela busca da igualdade tributária tanto entre os cidadãos como entre as empresas. Já quanto ao segundo pilar, o que se pretende – ao menos o que se alega – é buscar a simplificação do sistema tributário e, como consequência, alcançar maior transparência em relação à cobrança e arrecadação de tributos.

Do outro lado, como que em queda de braço com a última proposta apresentada pelo Governo, temos a Sociedade Civil aos gritos contra a “pretensa reforma”, a qual estaria longe de ser assim considerada, eis que vista apenas como um remendo mal atendido daquilo que se busca aperfeiçoar; busca esta que se verifica ao menos há duas décadas.





Há outros pontos considerados de menor relevância e impacto encontrados no referido Projeto de Lei, como, por exemplo, novas disposições acerca da tributação das operações realizadas nos mercados financeiros e de capitais, assim como a atualização dos valores dos imóveis para fins de recolhimento do Imposto de Renda das Pessoas Físicas. Todavia, a insurgência que se verifica é justamente contra os dois pilares apontados acima.

Registre-se: No exato momento em que este breve artigo é rascunhado, corre a notícia de inúmeros manifestos contra a aprovação de tal Projeto de Lei, usualmente dirigidos não só à Sociedade Comum (para a sua ciência e fomento ao debate), como também ao atual presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e ao Presidente da Comissão Mista da Reforma Tributária, Senador Roberto Rocha. Os nomes de tais Parlamentares serão esquecidos sem qualquer sombra de dúvidas. Já em relação aos efeitos de sua decisão, ao contrário, estes serão lembrados por todos nós dia após dia.

Chama a atenção o fato de que a referida insurgência se dá não só por parte dos representantes dos contribuintes junto à sociedade civil organizada (com o destaque àquelas relacionadas direta ou indiretamente com o Direito e a Economia Digital), como também por entidades representativas dos próprios agentes públicos envolvidos com a tributação<sup>1</sup>. É de se ponderar: se os próprios Agentes do Estado se insurgem em relação à proposta apresentada, a perspectiva quanto ao seu conteúdo e os seus efeitos se torna mais movediça do que parece.

Sejam agentes da tributação, sejam entidades representantes do cidadão-contribuinte, fato é que, de um lado ou de outro, vemos em uníssono o discurso contrário à aprovação da “Reforma que Nada Reforma”, sob o argumento conjunto de que a mesma resultaria no aumento da carga tributária do cidadão comum, das empresas, das microempresas e dos demais componentes da massa arrecadatória do país.

Igualar desiguais, equiparar fatos tributáveis díspares e específicos como se idênticos fossem são medidas que, ao fim e ao cabo, atentariam em essência contra os princípios elementares da tributação. É o que se afirma.

Não bastasse, insurgem-se contra o risco iminente de se aprofundarem as dificuldades do contribuinte não só decorrentes do aumento da carga tributária, como também da implementação de nova política fiscal.

Isto porque ela, caso aprovada nos moldes em que foram apresentadas as PECs 45/2019 e 110/2019, obrigatoriamente prescreverá, ao menos em sua fase de transição, dois regimes diversos de arrecadação (o “velho” e o “novo regime”) a serem observados ao mesmo tempo, o que reforçaria o “manicômio tributário” ao qual é submetido o cidadão comum, que por vezes sequer consegue cumprir com suas obrigações simplesmente por não compreender o que a complexa legislação lhe impõe.

## O CONFRONTO ENTRE A NOVA ECONOMIA E A ESTRUTURA TRIBUTÁRIA BRASILEIRA

Pois bem.

***Independentemente deste ou daquele posicionamento (favorável ou contrário às pretensões do atual Ministro da Economia), fato é que em momento algum foi questionado se a chamada reforma tributária está direcionada à nova realidade econômica que se impôs nos últimos anos não só ao Brasil, mas ao mundo todo; e se tal reforma se mostra adequada à essa realidade. De plano, sem medo de errar, é fácil concluir que não.***

Desde o momento em que o mundo passa pelo desafio de se enfrentar a devastadora pandemia da COVID-19, restou comprovado que aquela realidade que se descrevia como promissora em meados da década de 90 hoje se tornou irreversível: a economia já é e será cada vez mais digital.

A pergunta que se apresenta de imediato é uma só: Mas o que seria a Economia Digital propriamente dita? Cabe aqui um parêntese em favor do leitor mais distanciado do tema.

Segundo Nicholas Negroponte, o autor do livro *A vida digital* (1995), o termo economia digital – cunhado em meados da década de 90 – diz respeito à economia em que as redes e infraestruturas de comunicação global digital exigem uma plataforma igualmente global, em que as pessoas e organizações definem estratégias, interagem, comunicam, colaboram e procuram informações para atuações coletivas ou conjuntas. Em linhas gerais, seria aquela baseada em tecnologias digitais.

Não seria demasiado considerar a economia digital como a transição da terceira para a quarta revolução industrial, como muitos assim a definem. Em um certo sentido, se a terceira revolução industrial foi caracterizada pela transição de dispositivos mecânicos e equipamentos analógicos para as tecnologias digitais, a quarta revolução industrial seria caracterizada pelo ambiente em que o mundo físico e o cibernético estão ligados de forma indissociável através de diferentes e inovadoras tecnologias.

Tais tecnologias são marcadas pela hiperconectividade, a *big data*, a internet das coisas (IOT), a analítica avançada, os dispositivos móveis, as redes sociais e as redes sem fio. Em geral, são implementadas em modelos de negócios que, em um passado não tão remoto, seriam impossíveis de serem realizados. Os exemplos da UBER, da NETFLIX, do AirBNB, do Spotify, do Facebook, do Instagram, do IFood, dentre outros, são hoje conhecidos e utilizados por todos nós.

Como que de maneira forçada, especialmente em decorrência das restrições sanitárias impostas ao mundo desde 2020, o processo de modernização das relações e dos negócios foi acelerado de maneira exponencial.

Curiosamente, tanto a perpetuação da vida dos negócios tidos por tradicionais assim como o aparecimento de novas possibilidades só ocorreram àqueles que se adaptaram – ainda que de maneira embrionária – às tecnologias acima indicadas.

O trabalho remoto, o uso da internet, o armazenamento de dados na nuvem (*cloud computing*), a utilização de aplicativos de comunicação e interação (ao exemplo das videoconferências), o desenvolvimento de *softwares* de segurança mais confiáveis e complexos, o crescimento massivo das operações comerciais *online*, a incorporação da *big data* e da inteligência artificial na otimização dos negócios e na tomada das decisões são realidades que materializam essa aceleração.

Se, de um lado, temos a positividade da economia digital sendo a todos incorporada como um caminho sem retorno, de outro, não temos a segurança de que os modelos de negócio praticados por micro, pequenas, médias ou grandes empresas ou mesmo se estes ou aqueles serviços prestados estão preparados tecnologicamente para a nova realidade econômica que se impôs, e se frente a ela sobreviverão.

***Se desgraça pouca fosse bobagem, a preocupação se revela maior ainda ao constataremos que todo esse cenário vem sendo e continuará sendo regulado por uma legislação fiscal que não lhe diz respeito, independentemente da reforma tributária apresentada ao Congresso Nacional.***

Trocando as sugestões pela provocação ao debate e à reflexão, podemos afirmar que o resumido confronto entre o Sistema Tributário que temos, o texto da pretendida Reforma Tributária e a Economia Digital (que já se mostra realidade), é capaz de evidenciar o tamanho do problema que se avizinha. Vejamos.

Sem qualquer pretensão acadêmica ou científica, podemos afirmar que é através da arrecadação dos tributos que um país ou localidade subsidia as ações de seus governos no que tange à sua infraestrutura, ao pagamento dos salários dos funcionários públicos e aos serviços prestados à população.


O cruzamento do número vigente de impostos com o total de entes tributantes potencializa a ocorrência dos tão conhecidos conflitos de competência, onde uma Unidade da Federação disputa com outra o destino da arrecadação, sempre em desfavor do Contribuinte que do caos se torna refém. Isso em se tratando das operações que já ocorrem, relacionadas em sua imensa maioria, à chamada economia tradicional.

***Se pensarmos na forma em que as operações passam a ocorrer na economia digital, os conflitos serão infinitamente maiores, caso o Brasil (assim como qualquer outro lugar do mundo) não se adapte e imediatamente reescreva a sua legislação – especialmente a sua legislação tributária.***

***A cada dia, a modernidade se impõe. A cada dia, os problemas crescerão exponencialmente. O prejuízo virá não só ao cidadão pagador de impostos, como também ao empreendedor e, em última instância, ao próprio País. É imperioso e inadiável que se promova uma reforma séria que contemple tal modernidade.***

***Em exercício de constatação das últimas iniciativas do Governo, tomando em conta o teor do PL 2.337/2021, a seriedade da Reforma Tributária apresentada pelo Ministro da Economia ao Parlamento pode ser medida pelas aproximações e distanciamentos de seu texto em relação à economia digital que já se mostra em expressivo crescimento. A conferir.***

De plano, ao se analisar a Exposição de Motivos n. 00158/2021<sup>2</sup>, percebe-se que a proposta visa alterar tão somente a Legislação Tributária Federal, e não o Sistema Tributário como um todo. Aqui já se percebe a precariedade da iniciativa. Justifica-se.



Como é sabido, o desenho constitucional tributário proposto pelo Legislador já é, por si só, cheio de problemas; e tais problemas só cresceram com o passar dos anos.

Desde 1988, quando da promulgação da Constituição, o cidadão pagador de impostos, assim como as empresas, lida em seu dia a dia com um número inacreditável de leis e atos normativos expedidos por diferentes instâncias, com diferentes tratos e diferentes interpretações.

Sob a atual sistemática tributária, se uma empresa tem como objeto a venda de determinado produto distribuído pelo Brasil todo, o trato tributário à sua atividade é um, com ênfase no recolhimento dos tributos federais, assim como aqueles devidos aos Estados, como ocorre com o ICMS.

Nessa condição, o cumprimento das obrigações do Contribuinte ganha enorme dificuldade, pelo simples fato de que cada Estado tem o seu regulamento próprio, com disposições próprias e obrigações específicas.

Não bastasse, além de se deparar com disposições específicas de cada Estado para se proceder com o recolhimento do ICMS decorrente de suas operações, o Contribuinte vê ainda mais prejudicada a sua orientação quando se submete às diferentes alíquotas de ICMS, cada uma fixada por um determinado Estado, incidentes sobre o mesmo produto, a mesma atividade.

Em cada um dos 26 Estados (além do Distrito Federal) há um procedimento específico, cuja observância se torna algo quase impraticável. Esse tipo de problema já é enfrentado pelos contribuintes de há muito, sendo a sua solução quase sempre dada pelo Poder Judiciário, o qual, em razão do inacreditável número de demandas que lá tramitam, acaba por reconhecer o direito do cidadão contribuinte após muitos anos de litígio, muitos anos de despesas com advogados, taxas judiciárias, privações de patrimônio, restrições cadastrais. Enfim, após muitos anos de inegável prejuízo e atraso.

Merece também destaque o fato de causarem mais confusão e insegurança ao Contribuinte, para fins de tributação, o local do estabelecimento vendedor, o local da realização da venda, o local do destinatário do produto, a qualidade de adquirente final do produto, a qualidade de intermediário da venda, dentre tantas outras variáveis que só representam prejuízo aos envolvidos.

Os exemplos parecem não acabar. Se considerarmos a atividade do contribuinte como sendo essencialmente uma prestação de serviços, a ênfase dos problemas se deslocará aos Municípios, como se observa em relação ao ISS.

Partindo-se da premissa de que o Contribuinte apenas realize a prestação de determinado serviço, as inseguranças novamente insistem em fazer parte da vida do cidadão comum, mais ainda no caso de tal serviço ser prestado não apenas em um único Município, mas oferecido aos interessados de diferentes localidades.



Seguindo a mesma lógica do ICMS, desta vez, o Contribuinte que realiza atividade tributável pelo ISS poderá se deparar com 5.568 legislações diferentes, já que o Brasil possui hoje igual número de Municípios. Uma vez mais: não se trata de retórica, mas da realidade kafkiana a qual se submete o empreendedor no Brasil.

No caso de incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre a atividade do contribuinte, para fins de tributação se levará em consideração o local da sede do prestador do serviço, o local do tomador de serviços, o local do contratante do serviço (quando diverso de seu prestador), o local – ou os locais – da consecução do serviço, a integralidade ou o fracionamento de tal serviço, dentre outras tantas.

Perceba o leitor que os dois exemplos trazidos nos parágrafos anteriores dizem respeito ao consumo – de bens ou de serviços – e fazem menção à essência da atividade do contribuinte, e não à sua atividade propriamente dita.

Isso porque tanto a atividade industrial como o comércio e a prestação de serviços lidam com a dinâmica das coisas: criam-se produtos, novas versões até então inexistentes; prestam-se serviços inovadores e inéditos.

***Se a inovação é a característica essencial da economia digital, o panorama que se anuncia é infinitamente mais preocupante. É o que se constata.***

***É sabido que as atividades, os produtos e os serviços são fluidos e devem se adaptar às necessidades dos seus destinatários, sob pena de desaparecerem se assim não o fizerem. O crescimento da economia digital demonstra a necessária adaptação que aqui se afirma e será impiedoso com aqueles que não se atentarem a tal realidade.***

***Se as dificuldades já são imensas diante da chamada economia tradicional, frente à economia digital elas se mostrarão infinitamente maiores, eis que exigirão – além do que já se exige – a sua perfeita sintonia com (I) a obrigatória tecnologia a ser implementada, (II) a internet e (III) os dispositivos digitais nos processos de produção e distribuição de produtos e serviços.***

***Percebe-se que a patológica e doente sistemática de tributação atualmente existente no Brasil não apresenta qualquer sinal de melhora ou preparo para enfrentar o que se está por vir. Menos ainda assim é a mal intitulada “Reforma Tributária” em trâmite junto ao Congresso Nacional. Infelizmente é esta a realidade que se observa.***

Deixemos ao leitor as suas próprias conclusões, apenas pontuando que, segundo as variáveis que definem estar ou não um país no caminho da economia digital (o chamado Índice de Densidade Digital), estaria o Brasil na 28ª posição dentre o total de 33 países analisados, segundo estudo da respeitada consultoria Accenture Strategy em parceria com a Oxford Economics (disponível em [www.accenture.com](http://www.accenture.com)).

Tomando como exemplo o que se examinou em Portugal, para o diagnóstico acerca de estar um país em harmonia com a nova realidade da economia digital, sugere-se serem consideradas de forma ponderada as seguintes variáveis, a saber:

- (i) O nível de competência digital;
- (ii) As políticas e estímulos ao desenvolvimento de uma economia digital;
- (iii) A utilização de métodos de trabalho digitais;
- (iv) A infraestrutura do país;
- (v) Os investimentos em novas tecnologias.

***Se tomarmos em conta o texto da mencionada Reforma Tributária colocada em discussão junto ao Parlamento, não há qualquer luz no fim do túnel.***

***Assim é possível afirmar pelo simples fato de que ela não se direciona à realidade econômica que vivemos, mas tão somente busca corrigir alguns erros pontuais e atender demandas relacionadas ao passado não tão distante.***




**Citar algumas das tendências mais modernas sobre a economia digital dá mais sentido às nossas observações: A tributação que atualmente temos (ou aquela que pretendemos ter) obrigatoriamente virá a enfrentar (I) a inteligência artificial; (II) o e-business e o e-commerce; (III) os drones; (IV) as bitcoins e (V) as fintechs.**

**Não suficiente, diante do crescimento de mais de 30% verificado em 2020 quanto aos produtos e serviços de economia digital, é possível afirmar que, em brevíssimo espaço de tempo o sistema tributário atual entrará em absoluto anacronismo (e, por óbvio, resultará em prejuízo do Contribuinte) se levarmos em conta a substituição das organizações tradicionais pelas chamadas “organizações exponenciais”, termo ainda muito desconhecido do grande público. É sobre ele que lançaremos algumas luzes.**

Novamente sem pretensões técnicas ou acadêmicas, podemos considerar como “organizações exponenciais” aquelas que se apoiam na tecnologia da informação e se baseiam em novas técnicas organizacionais, cujo resultado se mostra, no mínimo, dez vezes mais eficiente e de modo sabidamente melhor em termos de competitividade e preço, quando comparados à performance e aos resultados das chamadas organizações tradicionais.


O conhecido exemplo da comparação entre o tradicional setor automotivo e a economia digital é emblemático: Em 1979, a General Motors empregava 840 mil pessoas, enquanto em 2012 a Google contava com 38 mil colaboradores. Apesar disso, enquanto a GM gerou US\$ 11 bilhões em números atualizados para 2012, a Google gerou 20% acima dos ganhos da GM no mesmo período, ou seja, US\$ 14 bilhões em resultados, ainda que tivesse apenas 4,5% da força de trabalho da GM. Essa é a realidade da economia digital que já se faz presente.

Não entrando técnica e especificamente no teor das tendências da economia digital citadas há alguns parágrafos acima, deixemos a nossa análise restrita às organizações exponenciais, uma vez que serão as mesmas – assim aposto – as que demandarão maior reforma do Sistema Tributário que hoje já se mostra confuso, burocrático e prejudicial ao desenvolvimento de nosso país e de nossa atividade produtiva.



***Se realizarmos o cotejo entre as características das empresas exponenciais ou qualquer outra ligada ou adaptada à economia digital e a sistemática de tributação vigente no Brasil, os problemas que já existem hoje crescerão, não por acaso, de modo igualmente exponencial.***

Tomemos os exemplos relacionados ao ISS e ao ICMS anteriormente apresentados, vividos pelos Contribuintes na realização de suas atividades, essencialmente ligadas à comercialização de bens e serviços.

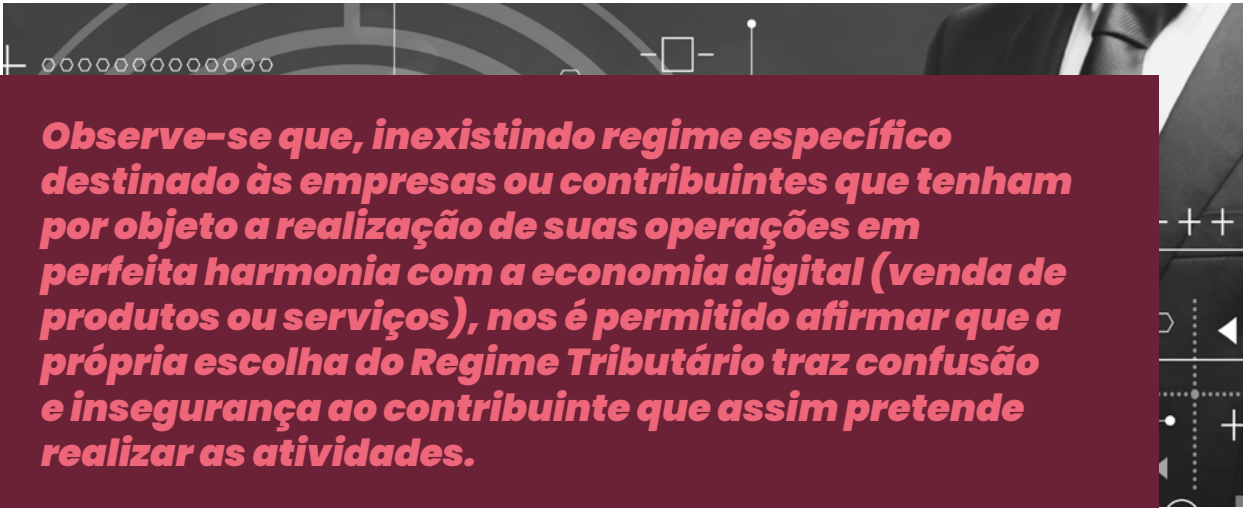


***Se em relação ao ICMS vivenciamos os conflitos de competência entre os Estados – no seu limite a chamada Guerra Fiscal – sempre em prejuízo do Contribuinte, como se dará a definição de competência tributária em relação à aquisição de produtos realizados em ambiente digital?***

***As dificuldades tributárias vividas diuturnamente pelas empresas de e-commerce e e-business demonstram o quão ultrapassado está o nosso sistema tributário frente ao mundo digital.***

Por oportuno, vale mencionar que, antes mesmo da venda de qualquer de seus produtos, deve o Contribuinte escolher qual o regime tributário dentre os disponíveis se adapta à sua realidade econômica, diga-se, por vezes desconhecida, mais ainda em épocas tão incertas quanto a que vivemos nos últimos meses em razão da pandemia que assola a todos.

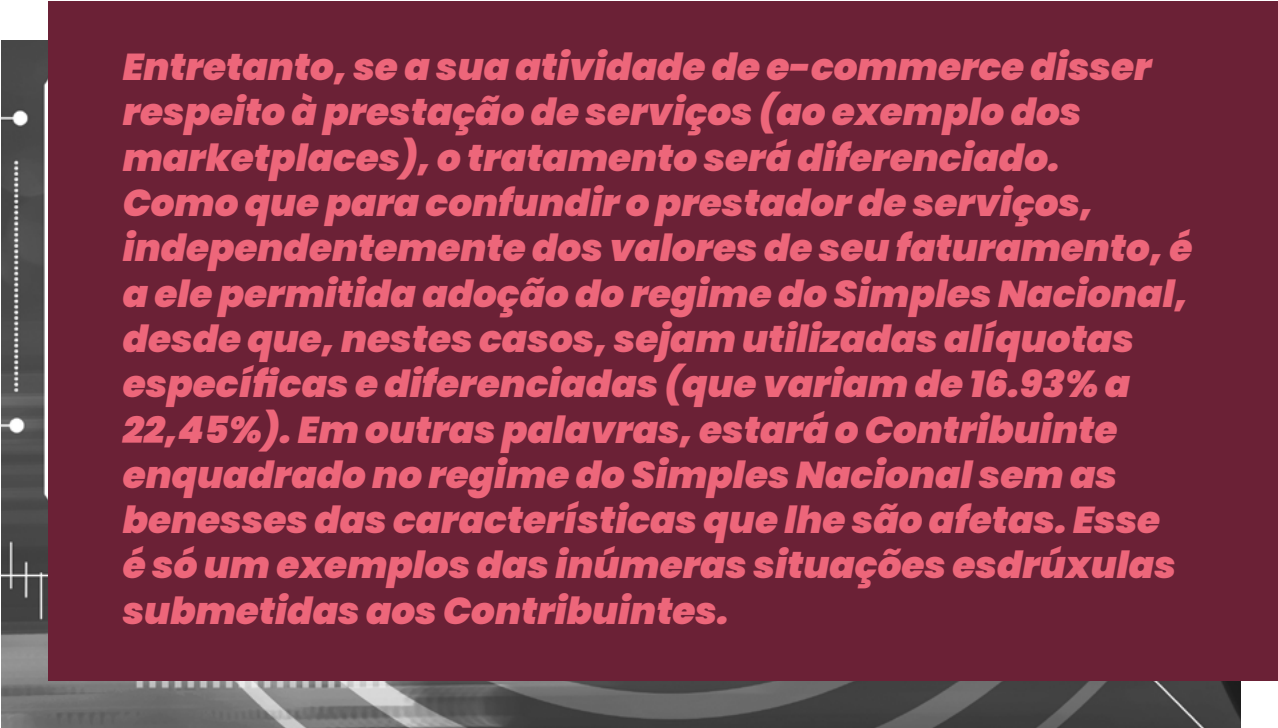
São três os regimes tributários admitidos pelo nosso Sistema Tributário, quais sejam: Microempreendedor Individual (MEI), Simples Nacional e Regime de Lucro Real ou Lucro Presumido<sup>3</sup>.



**Observe-se que, inexistindo regime específico destinado às empresas ou contribuintes que tenham por objeto a realização de suas operações em perfeita harmonia com a economia digital (venda de produtos ou serviços), nos é permitido afirmar que a própria escolha do Regime Tributário traz confusão e insegurança ao contribuinte que assim pretende realizar as atividades.**

Não é pouco lembrar que a não adequação ao regime tributário por certo fará com que o Contribuinte seja autuado e incorra em prejuízo.

Como exemplo da arapuca que se arma em desfavor do contribuinte, em tese, às lojas virtuais cuja margem de lucro seja alta se recomenda a adoção do regime de recolhimento pelo Lucro Presumido.



**Entretanto, se a sua atividade de e-commerce disser respeito à prestação de serviços (ao exemplo dos marketplaces), o tratamento será diferenciado. Como que para confundir o prestador de serviços, independentemente dos valores de seu faturamento, é a ele permitida adoção do regime do Simples Nacional, desde que, nestes casos, sejam utilizadas alíquotas específicas e diferenciadas (que variam de 16,93% a 22,45%). Em outras palavras, estará o Contribuinte enquadrado no regime do Simples Nacional sem as benesses das características que lhe são afetas. Esse é só um exemplos das inúmeras situações esdrúxulas submetidas aos Contribuintes.**

## **CONCLUSÃO E PONTOS DE REFLEXÃO**

Oxalá permita que algum dia a pergunta acerca do regime de tributação a ser adotado pelas empresas voltadas à economia digital seja respondida de maneira fácil e objetiva.

Ao menos no ambiente tributário em que estamos submetidos, a resposta não será outra senão o indesejado “depende”, como que em afronta direta à transparência devida ao Contribuinte que não consegue sequer saber o quanto deve pagar e o porquê de tais valores serem devidos.


Se dependermos da proposta de Reforma Tributária apresentada aos nossos Parlamentares, a realidade apontada se perpetuará sem qualquer perspectiva de sua mudança. Será a prevalência da incerteza!

***Relembro que o Brasil atingiu, em 2018, a 123ª colocação no ranking de competitividade entre os países no que diz respeito ao ambiente de negócios, e que grande parcela responsável por esse risível resultado é a sistemática para o cálculo e o pagamento dos tributos incidentes sobre as operações realizadas.***

***Apenas para constar, o brasileiro gasta, desde 2018, quase 2000 horas para cumprir com as suas obrigações tributárias ditas acessórias, que nada mais são que os procedimentos burocráticos obrigatórios, os quais servirão de base fática para o pagamento dos tributos e eventual fiscalização por parte das Autoridades.***

Segundo estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), o nosso Sistema Tributário já alcançou 63 tributos, 97 obrigações acessórias<sup>4</sup> e 3.790 normas desde aquele ano. A sua simplificação torna-se medida de sobrevivência, mormente em se tratando do ambiente digital.

***Como se vê, admitindo que o Contribuinte que desenvolva as suas atividades junto ao ambiente da economia digital tenha superado a questão da eleição do regime tributário que menos lhe prejudique e mais se aproxime de sua realidade, ele passará a enfrentar dificuldades enormes no que diz respeito à efetivação de suas operações, a iniciar pelo quase inatingível cumprimento das obrigações burocráticas mencionadas no parágrafo anterior.***



**Quanto à sua atividade propriamente dita, as dificuldades serão ainda maiores.**

Passemos à análise de um exemplo que, ainda que pareça muito distante ao usuário comum de tecnologia, já se mostra realidade quando vista sob a perspectiva da economia digital e os seus usuais consumidores.

- Imagine que determinada organização ou empresa venda a prestação de seus serviços na plataforma aberta e *multicloud* denominada WATSON<sup>5</sup>, a qual permite automatizar o ciclo de vida de inteligência artificial e que, segundo a sua própria fabricante, possui a tecnologia inovadora mais recente de *machine learning*.
- Imagine também que as informações desta empresa sejam armazenadas em plataformas, ao exemplo do IBM *Cloud*, AWS, Microsoft AZURE, Google ou na sua própria plataforma de *cloud* privada.
- Imagine que tais serviços sejam prestados através de aplicativos desenvolvidos para celulares, criados a partir de padrões definidos e disponibilizados pelas APIs (*Application Programming Interface*) de cada sistema operacional (ao exemplo do *Android* e do *IOS*), de modo a permitir a comunicação entre plataformas através de uma série de padrões e protocolos.
- Imagine que as tais ditas APIs são “consumidas” por um *software* local, que agregue muito valor e esteja localizado no exterior. Em outras palavras: as APIs ou microserviços estariam disponibilizados em um *software online*, sendo consumidos, em partes que estão armazenadas em vários lugares do mundo.


Se o leitor tratou de imaginar as condições acima descritas, saiba que são exatamente elas que viabilizam, por exemplo, os serviços Google Maps ou WAZE, ou mesmo as integrações entre aplicativos, como os já mencionados Spotify e Instagram (quando este último permite o compartilhamento de faixas do primeiro em seus *stories*).

***De imediato surgem perguntas que não podem mais ficar à margem de reflexões em busca de serem o quanto antes respondidas:***

- Como se tributar tais serviços, uma vez que as fases do valor agregado são distribuídas geograficamente pelo mundo afora praticamente em tempo real?***
- O ISS, se devido, será cobrado por qual ente da federação?***
- Será o Imposto sobre Serviços fracionado entre dois ou mais entes tributantes?***
- Os entes federativos do Brasil terão competência para tributar tais serviços ou a tributação incidente deverá ser fracionada entre os países nos quais eles foram consumidos?***
- Não seriam os países que detenham os softwares de armazenamento online competentes para tributar uma fração do valor final em relação ao valor agregado?***
- Cairão os governos em prejuízo decorrente de arquiteturas muito inteligentes criadas para o fim exclusivo de reduzir a tributação sobre tais serviços?***

É fácil perceber a complexidade imposta pela realidade digital, diga-se, já disseminada entre todos nós. Mais fácil ainda é constatar que a dificuldade de se tributar bens e serviços afetos à economia digital vai muito além de definir se o objeto impresso por uma impressora 3D configura aquisição de mercadoria ou prestação de serviço para fins de tributação. O exemplo dado à exaustão em um passado tão pouco remoto não mais representa a complexidade do que se está por vir.





***É possível irmos além com as indagações: Sabendo que as APIs são como pedaços de programas que podem ser reutilizados por outros programas como se componentes deles fossem (ao exemplo do mundialmente conhecido brinquedo de montar “LEGO”), como é possível falar em tributação desse tipo de serviço (ou seriam produtos) uma vez que são prestados online por máquinas e se encontram em lugares do mundo que muitas vezes são totalmente desconhecidos ou inacessíveis?***

Relembro o leitor que abordamos apenas a primeira linha da exposição de motivos do PL 2.337/2021, a dita Reforma Tributária; e sequer adentramos no teor das referidas PECs.. Daquilo que lá se leu, a conclusão salta-nos aos olhos: O ambiente tributário brasileiro, ao menos até o presente momento, está longe, mas muito longe, de atender as necessidades trazidas pela irreversível digitalização da economia.

***A inércia em relação à economia digital deve dar lugar imediato à necessária compatibilização entre a nova realidade que nos é imposta e o sistema tributário que a comporte.***

***Se, hoje, a economia digital supera três trilhões de dólares, amanhã por certo representará mais que os 24,3% do PIB global previstos até 2025.***

Se, hoje, as operações de circulação de mercadorias e prestações de serviços já encontram enorme dificuldade frente à matriz tributária baseada na economia dita “convencional” (especialmente quanto ao devido recolhimento de tributos sobre elas incidentes), amanhã, diante da solidificação da economia digital, a situação será ainda mais grave, caso não se pense em um regime próprio de tributação voltado ao futuro que já se faz presente, e não a um presente que já se mostra viver no passado. Ainda esperançosos, oremos!



## Argos Gregório

Argos Gregório é advogado e professor universitário, com mais de 20 anos de docência. Autor de diversas obras e artigos relacionados ao Direito Tributário, é mestre em Direito do Estado, pela PUC/SP, e doutor em Direito Tributário, Financeiro e Econômico, pela Faculdade de Direito da USP (FDUSP). Além de advogado atuante e sócio de Argos Gregorio Advogados, atua como Administrador Judicial junto às Varas Especializadas em Falências e Recuperações Judiciais do Poder Judiciário do Estado São Paulo. É também juiz do Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo (TIT/SP) há 8 anos, sendo, no presente mandato, Vice-Presidente de sua 12ª Câmara de Julgamento.

## NOTAS E REFERÊNCIAS

- 1** Merecem ser mencionadas, apenas para se conhecer a musculatura daqueles que contestam o referido Projeto de Lei, de um lado, entidades como a Associação dos Advogados de São Paulo (AASP), Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP), Associação Brasileira de Direito Financeiro (ABDF), Associação Brasileira de LawTechs e Legaltechs (AB2L), Associação Brasileira das Agências de Comunicação (ABRACOM), Associação Brasileira de Direito Tributário (ABRADT), Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (FACESP), Federação de Serviços do Estado de São Paulo (FESESP), Associação das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de São Paulo (AESCON-SP), Central Brasileira do Setor de Serviços (CEBRASSE), Confederação Nacional de Serviços (CNS). E muitas outras. Por outro lado, são também signatários a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Comitê de Secretários Estaduais de Fazenda (COMSEFAZ), o SINDIFISCO Nacional, a FEBRAFITE (Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais), a FENAFIM (Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais), dentre tantas. Por outro lado, são também signatários a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Comitê de Secretários Estaduais de Fazenda (COMSEFAZ), o SINDIFISCO Nacional, a FEBRAFITE (Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais), a FENAFIM (Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais), dentre tantas.
- 2** Exposição de Motivos são, em tese, os esclarecimentos, as motivações e as razões que levaram o Ministro da Economia a apresentar o referido Projeto de Lei n. 2331/2021 ao Congresso Nacional.
- 3**
  - a) Microempreendedor Individual (MEI): aquele comerciante que exerce sozinho a sua atividade, tendo no máximo um funcionário e cujo faturamento anual não ultrapasse R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais)
  - b) Simples Nacional: regime tributário direcionado às empresas cujo faturamento seja limitado a R\$ 4,8 milhões de reais; cuja vantagem é a unificação de vários tributos, ao exemplo do ICMS, os quais devem ser arrecadados em uma única guia de recolhimento;
  - c) Regime de Lucro Real ou Lucro Presumido
    - C.I) Lucro Real: adoção obrigatória por empresas cujo faturamento anual supere os R\$ 78 milhões; onde os tributos incidem sobre o valor da apuração contábil do resultado, levando em consideração eventuais descontos legais ou acréscimos e serão pagos proporcionalmente ao valor do lucro;
    - C. II) Lucro presumido: adoção facultativa para empresas com faturamento limitado a R\$ 78 milhões por ano, tendo por sistemática de recolhimento os períodos mensais e trimestrais, de acordo com o tipo de tributo (ISS, PIS e COFINS são recolhidos mensalmente sob o faturamento, ao passo em que o IRPJ e a CSLL são apurados trimestralmente sobre a porcentagem de lucro presumida).

- 4 De tantas obrigações acessórias, cite-se como exemplos (i) a emissão de nota fiscal de venda de mercadoria ou prestação de serviços; (ii) a emissão das guias de recolhimento dos tributos devidos; (iii) e sua devida escrituração junto aos livros fiscais correspondentes; (iv) a elaboração e a transmissão das declarações fiscais respectivas; (v) as demonstrações contábeis; (vi) a elaboração das folhas de pagamento e a confecção e envio das declarações sociais.
- 5 Para maiores informações, consulte o leitor o site [www.ibm.com](http://www.ibm.com),